

**O BURGUEËS CONFRONTADO: A MALEITA EM DISPARATE
DE MÁRIO DE ANDRADE**

Pedro Lotti Carvalho Dias¹

RESUMO: Nos dias 8 e 15 de novembro de 1931, Mário de Andrade publicou dois artigos no jornal Diário Nacional em que tematizava a febre da malária, conhecida na floresta amazônica como a “maleita”. Estes artigos funcionavam como uma só crônica dividida em duas partes. Mário de Andrade, na condição de intelectual público, confrontara o que era dado como “bom senso” burguês ao lançar o disparate de que a maleita amazônica possuía virtudes inefáveis aos habitantes de São Paulo. Esta publicação contara com o material de testemunho de viagem de Mário de Andrade produzido na expedição para a Amazônia organizada por Olivia Penteadó. Com a autoridade para tratar de assuntos amazônicos que lhe vinha da expedição, o autor descreveu o “maleiteiro” da Amazônia como virtuoso naquilo que em São Paulo mostrava-se escasso, a paciência, sendo, por isto, o seu texto uma confrontação aberta à arrogância dos cidadãos brasileiros que alcançaram um elevado grau de urbanidade em seus estilos de vida. Este presente artigo apresenta o conteúdo do confronto entre o Brasil sertanejo e o urbano presente na crônica de Mário de Andrade sobre a maleita.

PALAVRAS-CHAVE: Mário de Andrade; Modernismo; Amazônia.

THE BOURGEOIS FACED UP: THE FEVER AS ABSURDITY IN MÁRIO DE ANDRADE ARTICLE

ABSTRACT: On November 8th and 15th, 1931, Mário de Andrade published two articles in the newspaper Diário Nacional in which he portrays the malaria fever, known in the Amazon forest as “maleita”. In these articles, Mario de Andrade, a recognized intellectual for the Brazilian lectors, confronted the bourgeois “common sense” to the nonsense which says the Amazon malaria fever, the “maleita”, has ineffable virtues to the inhabitants of São Paulo city. These publications were based in the Amazon travel testimony of Mário de Andrade, produced in the three months expedition across Brazil organized by Olivia Penteadó between 1927 and 1928. After the expedition, the legitimacy to speak about Amazonian issues allows the author to describe the “maleiteiro” as a man with plenty of patience as a virtue, which Mário de Andrade understood the bourgeois of São Paulo had little of. Therefore, these articles are an open confrontation to the arrogance of the Brazilian urban citizens who believe their lifestyles make them healthier.

KEYWORDS: Mário de Andrade; Modernism; Amazon.

¹ Mestre em filosofia pelo Instituto de Estudos Brasileiros. E-mail: pedro.lotti.dias@usp.br

A viagem amazônica

Aos olhos de intelectuais que viajavam pelo Brasil, cultura e paisagem manifestavam-se dialeticamente. Não faltavam motivos para conectá-los numa interpretação. Para os modernistas e sociólogos da década de 1930, o testemunho do Brasil fora promessa de submeter a sua sensibilidade cultivada nas capitais brasileiras ao confronto com a cultura popular brasileira, isto é, contrapor a cultura letrada, canônica e analítica, com a cultura do Brasil iletrado, místico e pragmático.

Assim como os modernistas franceses incorporaram do romantismo, a viagem como formação, no Brasil, as viagens dos naturalistas do século passado antecederiam ao valor de descoberta da cultura nacional atribuído à viagem com os modernistas brasileiros. Segundo Fernanda Arêas Peixoto, “entendida como aventura do corpo e do espírito, peregrinação renovadora e busca de fontes para a criação culta, a viagem romântica continua a funcionar como uma referência forte para parte dos profissionais que viajam no século XX” (PEIXOTO, 2015, p. 12).

Encerrada a viagem, vinha o trabalho de gabinete. Para com os diários de viagem, confrontavam os relatos de um século atrás, de naturalistas viajantes estrangeiros na companhia de tropeiros e monçoeiros, permitindo deste trabalho documental revelar uma extensão no tempo das estruturas mais permanentes da vida social e da economia no Brasil. A diacronia entre os registros de viajantes que descreveram “naturalisticamente” o Brasil e o testemunho pessoal dos autores modernistas, arrebatou, da paisagem brasileira, lugares no presente para as estruturas arcaicas mais persistentes à ação do tempo, que vigoravam no Brasil².

Sob tais intenções de pesquisa, a viagem para o Nordeste, pela sua história de exploração colonial longa, serviria ao intelectual como ocasião de interpretação sobre a história brasileira ao permitir vislumbrar em sua paisagem de vestígios de mata Atlântica e canaviais, o resultado do confronto dialético entre sociedade e natureza. Se, dentre as regiões brasileiras, a região Nordeste seria a mais citada como registro do tempo histórico em processo no Brasil, notável seria, também, o esforço para os autores modernistas empenhados na tarefa de conviver e compreender os povos habitantes da Amazônia.

Ao lado da região Nordeste, a floresta amazônica gravitava as atenções dos brasileiros por aquilo que ela tinha de oposto. Ao contrário da região Nordeste, a grande floresta não prometia uma viagem de descoberta da cultura popular, mas de descoberta de

² Para uma breve bibliografia sobre o tema, sugiro: BOTELHO, André. “A viagem de Mário de Andrade à Amazônia entre raízes e rotas”. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: n. 57, p. 15-50, dez. 2013; IUMATTI, Paulo Teixeira. “Um viajante e suas leituras”. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. N° 1 ano XLIII, 2007; MASSI, Augusto. *Poesia Completa de Raul Bopp*. “Introdução”. Rio de Janeiro: Ed. José Olympo, 2013; PEIXOTO Fernanda Arêas. *A Viagem como Vocaçào: itinerários, parcerias e formas de conhecimento*. São Paulo: EdUSP, 2015; SOUZA, Gilda de Mello e. “O mestre de Apipucos e o turista aprendiz”, in: Revista Tereza, n°1. São Paulo: USP-FFLCH, 2000.

conteúdo oculto, indígena, que se furtaria da origem colonial. Seria, portanto, palco das grandes expectativas intelectuais para a viagem enquanto descobrimento.

A Amazônia não fornecia os símbolos para a síntese dialética sobre a história de terra exaurida tal como a região Nordeste e sua floresta permanecia sob o sossego de sua extensão dificilmente devassável. A mentalidade econômica brasileira internalizara de tal modo o ideal de derrubar e queimar a vegetação para levantar fazendas, que a floresta amazônica pelo seu clima e enorme área não pudera ser compreensível nestes termos. Uma floresta incapaz de ser dominada no presente da década de 1930 apenas poderia existir na condição de garantia da sobrevivência da cultura econômica brasileira.

No passado recente, a Amazônia havia representado um desafio para as expedições militares que percorreram o Brasil até o final da década de 1920. Durante a presidência de Rodrigues Alves, aliou-se às campanhas militares de reconhecimento do território nacional, a campanha sanitária do Diretório Nacional de Saúde Pública, chefiado por Oswaldo Cruz. Por meio da comitiva em 1913, é levado ao Norte do país a comitiva de Carlos Chagas (VITAL, 2018, p. 51-68), onde se atesta que a região vinha sendo castigada pelas epidemias de mosquitos transmissores de patógenos nos assentamentos de extração da borracha, trazendo miséria a todo empreendimento pioneiro da República na Amazônia.

Até a década de 1920, a Amazônia permaneceria sob o fantasma das epidemias e das tentativas vencidas de se dominar a floresta. Nessa década, os intelectuais modernistas brasileiros, dentro da missão de reconstruir o objeto artístico nacional, não olvidariam do lugar ocupado pela Amazônia entre os intelectuais da primeira República. Estavam, seguramente, como podemos pensar a respeito de Mário de Andrade e Raul Bopp determinados pela procura de encontrar, na floresta, uma segunda origem da cultura popular brasileira para além das margens da história colonial. A Amazônia enquanto superação intelectual, até então, havia desafiado os intelectuais brasileiros que dedicaram estudos sobre ela, e aqui fazemos menção a Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha por soltarem as pontas para os estudos da história da Amazônia.

A experiência amazônica tem sua importância para a posição intelectual e política de Mário de Andrade na década de 1930, pois ela confirmava a ideia “antropofágica” do modernismo brasileiro de que, conforme definiu a respeito Gilda de Mello e Souza, “a transposição para os trópicos de um sistema de referências tipicamente ocidental não se harmonizava à realidade brasileira” (SOUZA, 2000, p. 84). Obstinação particular de Mário de Andrade, encontrar a linguagem que desse conta de expressar a civilização brasileira dependeria de assentar o pensamento sobre o nacional na sua própria criação (ROSENFELD, 1994, p. 188). Em outras palavras, transcender o pensamento “de colonizado” ainda na iminência da criação daquilo que caberia a ser “civilização brasileira”.

Devido às dificuldades que apareceram aos intelectuais modernistas para conhecer a Amazônia pela via de um pensamento de síntese sobre a cultura brasileira, ela passou a ser um embaraço aos intelectuais metidos em qualquer projeto de conceber identidade entre cultura popular e síntese do carácter nacional. Raul Bopp, antes de publicar o poema *Cobra*

Norato, havia realizado, em 1921, viagem pela Amazônia, nas condições de jovem recém-formado, que certamente o concedia algum anonimato e solidão. Segundo recorda Augusto Mayer em “Nota introdutória para edição de *Cobra Norato e Outros Poemas*” (1951), Raul Bopp, após sua viagem pela Amazônia, trazia no corpo as marcas de uma experiência extrema:

Mas quando o conheci, logo após a aventura amazônica, a sua maior volta ao mundo, como ele mesmo diz, os momentos de entusiasmo eram entremeados de crises de febre, que o deixavam abatido e murcho; Bopp então monologava, resmungava coisas desconexas, irritações de hiperestesia, recordações truncadas de andarengo incorrigível (MAYER, 2013, p. 55).

Mas nem todos os modernistas gozavam do nomadismo e desprendimento que dera fama a Raul Bopp antes de ser o autor de *Cobra Norato*. O poeta, por mais que fosse um testemunho valioso nos círculos modernistas sobre a Amazônia, o seu *Cobra Norato*, obra dentre as modernistas que mais a fundo representou o folclore caboclo amazônico, só viria a ser publicado em 1931, o que corroborava nos círculos literários para guardar a floresta sob o manto da expectativa modernista de que a Amazônia reservaria na sua vida interior um conteúdo a ser nacionalmente assimilado.

Tendo em vista as dificuldades de planejamento para se visitar a Amazônia e o tipo repulsivo da sua ecologia aos costumes ocidentais, Mário de Andrade, que soubera incorporar a viagem no seu trabalho intelectual desde 1924, quando acompanhou a comitiva paulistana “para apresentar” ao poeta Blaise Cendrars as cidades mineiras, teria razões para manter expectativas sobre um projeto de incursão para a Amazônia.

O caso da viagem de 1927 ao Nordeste e Norte do Brasil é importante para a história literária. Como bem escreve André Botelho, reunindo-se à comitiva da expedição amazônica de Olívia Penteado, Mário de Andrade daria cabo às expectativas reservadas para a floresta:

Ao que tudo indica, a ideia era reeditar em 1927 a caravana modernista de 1924, ao menos para Mário que tinha com a Amazônia, região então ainda muito pouco conhecida no restante do Brasil, uma relação sentimental e intelectual mais antiga, cultivada desde a juventude, como indica um dos seus primeiros artigos de jornal, “A divina preguiça”, de 1918. Somente a bordo no Rio de Janeiro, porém, Mário parece ter se dado conta que aquela combinação entre descoberta do Brasil e irreverência modernista da viagem anterior não se reeditaria em águas e terras amazônicas (BOTELHO, 2013, p. 28).

Mário de Andrade relatou em forma de diário a viagem, que intitulou “O Turista Aprendiz, Viagens pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega”. A viagem, ainda que partindo de São Paulo dia 7 de maio de 1927, tem seu início no embarque no porto do Rio de Janeiro com destino a Belém do Pará, fazendo itinerário em Salvador, Maceió, Recife e Fortaleza. A partir de Belém a comitiva dos viajantes

penetra com uma embarcação amazonense, o rio Amazonas, protagonizando uma longa aventura pelo norte do país, em que chegam a cruzar a fronteira nacional, alcançando a cidade de Iquitos. O retorno se dá como uma nova viagem pelo litoral, partindo de Belém, descendo o Nordeste e, por fim, chegando a sua residência paulistana no dia 15 de agosto de 1927.

A narrativa de Mário de Andrade dessa viagem, quando nos rios amazônicos, tem o ponto de vista de testemunho a partir da embarcação de onde se ausenta apenas para os desembarques nos povoados ribeirinhos. Antes de Mário de Andrade, Euclides da Cunha, em *À Margem da História*, descreveu a monotonia implacável da composição “rio e margens” da paisagem vista a partir do barco:

A volubilidade do rio contagia o homem. No Amazonas, em geral, sucede isto: o observador errante que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; - o observador imóvel que lhe estacione às margens, sobressalteia-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo (CUNHA, 1975, P. 35).

Muito simpático ao relato de Euclides da Cunha está o que fizera Mário de Andrade em artigo para o *Diário Nacional*³, de 8 dezembro de 1931:

Os rios grandes, o Amazonas, o Madeira, são principalmente monótonos e compreensíveis. Resumindo: é um mato vasto e conhecido paredando o beirario. Há porém os igarapés. Cada boca de igarapé é um não sei que mundo enorme de sugestões de boniteza, de prazer de aventura, de desejos viciosos de mistério, crime, indiada, nirvanização. São lindas. Uma calma humana sem aquela ostensividade crua e muito sobrenatural dos rios grandes; e por isso mesmo que humana e diminuta, muito mais misteriosa e sugestiva. Dá uma vontade louca da gente se meter igarapé acima, ir ter com não sei que flechas, que pajés, que êxtases parados de existir sem nada mais. E a maleita... O Amazonas é rio são, pouca maleita e só no tempo da vazante. O Madeira já não é mais “rio doente”, a maleita vai diminuindo gradativamente. É rio que já não se compara com o Javari, por exemplo, que este é rio doente de verdade, não escapa ninguém. Os misteriosos igarapés, graças de curvas, partindo prá s não-civilizações paradíssimas, dão principalmente esse desejo

³ O *Diário Nacional* foi jornal paulista que circulou entre 14 de julho de 1927 e 16 de fevereiro de 1932. Sua linha editorial apoiou abertamente o Partido Democrático (PD), Luis Carlos Prestes e a Revolução de 1930. Com a insurreição paulista de 1932, o *Diário Nacional* apoiará o Partido Republicano Paulista (PRP), opondo-se a Getúlio Vargas, encerrando sua tiragem com o fim da campanha pela autonomia paulista. Fonte: COHN, Amélia. “*Diário Nacional*”. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-nacional>.

de maleita que se tornou desde essas sugestões amazônicas uma verdadeira obsessão na minha vida (ANDRADE, 2015, P. 418).

Mário de Andrade têm seu relato da paisagem amazônica sintonizado com os demais relatos produzidos por intelectuais que observavam margens, estando eles dentro dos grandes rios e igarapés. Os elementos testemunhados pelos viajantes nos rios eram semelhantes quando mantida a perspectiva do rio em direção às margens. Contudo, Mário de Andrade produziu conhecimento amazônico a partir de sua viagem incorporando sentidos meditativos para o mal da malária que, salvo a exceção de Raul Bopp pela representação do pensamento pré-lógico em *Cobra Norato*, ninguém havia incursionado.

A paciência não se coloniza: o que viu Mário de Andrade na maleita

Desde as campanhas higienistas da república contra a febre amarela, o Estado vinha violentamente buscando afirmar a República e, para isso, estipulou para si a responsabilidade de solver a sociedade das garantias sanitárias – medida que vinha conduzida pelo discurso de estado de exceção e desrespeito a liberdades civis das campanhas sanitaristas. A saúde da população antes da Constituição da República de 1891 era assunto de incipientes ações de autoridades do Estado monárquico, estando mais amparadas pelas ordenações religiosas, curandeiros, médicos particulares e redes de solidariedade entre vizinhos. Com a República, a saúde passou gradativamente a ser identificada como prioridade entre os assuntos públicos, passando a ser combatida policialmente, a medicina popular, esta que foi posta na ilegalidade enquanto era promovida para o seu lugar a medicina clínica, que contava com o revés de ser ainda muito limitada para tratar as pouco conhecidas enfermidades endêmicas dos trópicos⁴.

Espetacularmente violentas e invasivas, as campanhas sanitaristas ocupavam espaço crescente enquanto propaganda do Estado por serem diretamente conduzidas à população, fosse urbana ou rural. Para o caso da população do Norte, muito vitimada por enfermidades devido às infestações de mosquito e desnutrição, as campanhas sanitaristas tornavam, pela primeira vez, pública, a condição debilitada da saúde da população brasileira habitante das florestas, tais como foram na época a febre, disenteria, anemia e verminose.

Contudo, para a população urbana brasileira, vitimada pelas epidemias dos vírus da gripe e varíola, a situação sanitária estava péssima, fazendo com que o interior distante e os centros urbanos combinassem neste aspecto. O grau alarmante dos relatórios sanitários sobre a população brasileira dava legitimidade para ações excepcionais do Estado, como a invasão de domicílios e vacinações forçadas. Nas primeiras décadas do século XX, a população de São Paulo fora vítima de epidemias de varíola, malária, febre amarela, gripe espanhola, entre outras. As medidas do Estado de combate às epidemias foram as ações

⁴ A respeito do combate do estado aos curandeiros, ver o artigo de Aldrim Moura de Figueiredo “Anfiteatro de Cura”, in: *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2003.

coordenadas entre a polícia e as campanhas de vacinação. Combinou-se a invasão de domicílios com as vacinações forçadas (CANTISANO, 2015, p. 297). As epidemias, antes de qualquer coisa, trouxeram para a população das cidades o signo da violência duplicada: das enfermidades, pelos efeitos de dor e ameaça a vida, e pelas medidas de exceção do Estado, que arroga o direito de coagir e humilhar a população pobre das cidades no combate aos patógenos. As medidas violentas do poder público que levavam a população a agonizar entre a doença e a polícia foram os retratos mais fiéis da República para um trabalhador urbano na década de 1920. Quando Oswald de Andrade, Raul Bopp e Antonio de Alcântara Machado publicam o Manifesto antropofágico, em 1928, já fazia anos que estava consolidado no Brasil o carácter repressor aos cidadãos pobres das cidades que as reformas sanitaristas lograram alcançar com alarde e violência.

A violência policial da República caracterizara as vias de reformas urbanas e de combate às epidemias, selando com a campanha sanitarista a agressão às liberdades civis (CANTISANO, 2016, p. 407). De tal carácter incipientemente democrático e viciosamente autoritário do regime republicano brasileiro estariam conscientes os modernistas da década de 1920. Consolidado o Estado republicano policialesco, a realidade social histórica dividida entre a população brasileira de maioria carente de terra ou casa própria, e a sua parcela miúda formada por comerciantes, advogados, médicos, fazendeiros e mineradores, sobrepunha a esta divisão o letramento da população, que estava dividida entre população analfabeta formada pela grande massa dos brasileiros, e população letrada, isto é, aqueles para quem foi garantido as letras básicas ou, num grupo mais miúdo ainda, a formação bacharelesca. Aos olhos dos modernistas, a divisão social de classes brasileira estava evidentemente analógica à divisão entre cultura popular e cultura erudita.

Tendo em vista a posição do intelectual modernista brasileiro de promover com sua arte a superação ética e estética da cultura nacional, os artigos “Maleita I” e “Maleita II”, publicados no Diário Nacional, nos dias 8 e 15 de novembro de 1931, contêm em seu texto, a censura de Mário de Andrade aos burgueses paulistanos pelos hábitos de consumo das novidades recém desembarcadas do Atlântico, arrogando a elas o grau de profilaxias à precariedade da vida urbana no Brasil. Para ressaltar os enganos dos burgueses paulistanos, Mário de Andrade recorre à “maleita”, doença temida no Brasil e para qual ele dois anos antes havia reservado meditação intelectual intrigante. Estes artigos de Mário de Andrade seriam, numa primeira impressão, um disparate ao leitor por tratar da malária, doença entre aquelas que mais vinha consternando a população brasileira, como profilaxia para males urbanos.

No começo do século, a malária estava mundialmente célebre como doença que vinha matando no Mediterrâneo, África e na Indochina. No Brasil, tornara-se epidêmica com as migrações de populações do Nordeste para a floresta Amazônica em ocasião da expansão da economia da borracha. Em todos os lugares em que ela foi endêmica, o fato sanitário era o mesmo: a população enferma sofria pelo regime de febres, a maleita, que corta a energia do indivíduo, obrigando-o ao hábito cíclico de convalescente.

Malária e economia da borracha foram no Brasil fatos correlatos, contudo, com o fim da riqueza da borracha, na década de 1930, a malária persistia na população, assombrando boa parte do interior do Brasil. Nos centros urbanos, como a baixada fluminense, mostrava-se endêmica, levando a intenso debate entre os sanitaristas sobre qual seria a mais correta profilaxia (HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Tereza Bandeira de; SANTOS, Paula Roberta Elia dos, 2002, p. 234). Mário de Andrade, apropriando-se da temática social dos sanitaristas, dirige-se ao público paulistano via os artigos “Maleita I” e “Maleita II” (ANDRADE, 2015, p. 418-422) invertendo os objetos do debate para apresentar a malária como profilaxia aos males urbanos. Estes artigos arriscavam a reputação intelectual de Mário de Andrade ao flertar com a zombaria, pela qual provoca o leitor ao buscar provar haver positividade por ele desconhecida nas febres regulares da malária, quando esta era contrastada com as modas urbanas. O artigo, contudo, não veiculou uma argumentação absurda senão em sua forma, do disparate. Muito embora a sua matéria fosse o patógeno da malária, sua mensagem era o alarde contra a euforia para toda novidade que vendiam em São Paulo.

Desviando-se de ser um disparate gratuito, a argumentação em defesa da maleita amazônica logo deu vazão a uma crítica incisiva aos hábitos e modas da população paulistana, que aos olhos de Mário de Andrade, arruinavam a saúde da população e os viciavam a medicações paliativas. Os artigos “Maleita I e II”, portanto, não expressaram intenção ou condição de fazer oposição às pesquisas sanitaristas, ou desacreditar os relatos de quem já sofreu com a febre: “Eu sei que, sob o nosso ponto de vista litorâneo-europeu, é horrroso isso que estou falando. Sei também que qualquer sujeito que já tremeu um dia na cama, obrigando a casa a tremer, vai me chamar de “futurista” ou de maluco” (ANDRADE, 2015, P. 418).

Mário de Andrade não ignorava que o seu leitor estava ciente deste conhecimento adiantado sobre a doença da malária e o mal social que ela engendra. No Brasil da década de 1930, conviviam com a malária margens de rios das regiões sertanejas e várzeas no entorno das cidades. Nesta época, a malária mostrava-se como mal responsável por condicionar seu hospedeiro a viver com a intermitência de disposição de energia para ser empregada com vigor, sempre que a febre o adoecia. Este sujeito, quando habitante do sertão amazônico, sabe que vai ter a crise da enfermidade e por isto se retira para sofrer tacitamente, estando ele geralmente numa rede, onde repousa esperando o pico da febre passar. Ao mesmo tempo que se fecha com paciência e silêncio, ele existe estando imerso na grande extensão pouco povoada da planície amazônica, conforme lemos no artigo “Maleita I”:

Quero, desejo ardentemente é ser maleitoso não aqui, com trabalhos a fazer, com a última revista, o próximo jogo de futebol, o próximo livro a terminar. Desejo a doença com todo o seu ambiente e expressão, num igarapé do Madeira com seus jacarés, ou na praia de Tambaú com seus coqueiros, no silêncio, rodeado de deuses, de perguntas, de paciências. Com trabalhos

episódicos e desdatados, ou duma vez sem trabalho nenhum (ANDRADE, 2015, P. 419).

No ensaio de Mário de Andrade, a experiência dolorosa da convalescência do maleiteiro amazônico transcendia para um exercício virtuoso de paciência. O recolhimento doméstico do caboclo amazônico em ocasião da chegada da febre, causava a impressão em Mário de Andrade de um tipo sublime de indiferença para a vida que transmutava o doente em figura de paciência, como registrou neste episódio a serenidade em meio à paisagem amazônica:

Uma tarde, como eu principiei contando no domingo passado, quando já descíamos o rio Madeira, o vaticano parou na boca dum igarapé. Tudo aliás condizia com essa lentidão de todas as atividades físicas e psicológicas, espécie de indiferença extasiada por tudo, que é o mais permanente característico do maleitoso. Uma calma incomparável, uma espécie de preguiça maravilhosa de ser, em que o próprio ar parecia com pouca vontade de ser ar, de ser imponderável, estava cheinho de partículas roseadas roçando pela mão da gente, pela boca, sem volúpia mas com uma doçura feminil. Ninguém que não provou tarde do Norte, tarde equatorial, não pode imaginar o que é serenidade. (ANDRADE, 2015, p. 420).

A comitiva de Olívia Penteado com quem viajava Mário de Andrade contava com a recepção de autoridades locais em vista da intervenção do presidente da República, Washington Luís. Consequência dessas recepções, a comitiva carecia de discrição quando desembarcava. Em meio a esta condição imposta a sua experiência de viajante, o sofrimento com indiferença de um jovem, pálido e magro, cabelo fino e alguma beleza, interessou Mário de Andrade pelo seu estado de espírito, que descreveu como experiência não tangível a ele. O jovem misturara o perfil de Arthur Rimbaud com a indiferença do maleiteiro amazônico, tornando a experiência da paciência amazônica em algum grau assimilável a experiência intelectual:

Então veio lá do mistério um casco bem remado. Logo o ploque igual dos seis remeiros se escutou do navio e toda a gente assuntou. O casco vinha pesado, cheio de peles de borracha pra embarcar, meio erguido na frente, de forma que o desenho ficava lindo, com o homem da jacumã, tapuio de olhos rasos, torso nu feito serena figura de pau, ornando a proa. De pé num dos bancos estava um homem. Era dono de seringal, filho de dono, se percebia, roupa branca sobre a pele cor de praia, sem sangue nem vida nenhuma. A companhia no vaticano logo conversou. Um sírio gostando de saber, contava o homem que era; outro com a mesma solicitude contava qual era o seringal, se bom, não lembro mais. Parece que a presença do estranho dera em todos um espevitamento de mostrar alegria. Explodiu riso sem razão nenhuma, toda a gente agora falava alto, as mocinhas estavam interessadíssimas, que o homem tinha talvez trinta anos, não mais, simpático de feições, ar de

soberbia. Era a maleita. Aquela imagem, que não durou muito percebi que era duma maravilhosidade, palavra de honra, sublime, estava inteiramente criada pela maleita. Viver numa lentidão danada, naquele fim de mundo, atrasado do mundo pelo menos de um mês em tudo, sem jornais, sem telefone, sem médico, pensando no quê! não pensando, numa preguiça organizada... Um belo dia o navio apitava chamando. Vestia-se roupa limpa numa sensação firme de decoro, os tapuios embarcavam a borracha, a familiaridade com água era tamanha que se viajava de pé no barco oscilante, o navio tinha muita gente, até gente dessa vez bem chique, moças? que tivesse!... Era tamanha a bulha das moças que, já bem pertinho, o homem olhou. Olhar apenas que recebeu a noção do que existia: umas moças realmente lindas, havia uma senhora também linda e mais gente. O rapaz desceu de novo o olhar e, juro, sem a mínima timidez, sem a mínima curiosidade, não olhou mais (ANDRADE, 2015, P. 421).

A visão deste rapaz de aparência europeia carregando a indiferença que Mário de Andrade atribuiu ao efeito da maleita amazônica emprestava a ele um retrato de como poderia ser expressada por um intelectual modernista a indiferença do caboclo maleiteiro. Com este rapaz seringueiro, Mário de Andrade convencia-se de que, pesasse a tortura das febres da malária, as virtudes da paciência e indiferença amazônica, expressão espiritual identificada com o abatimento do corpo pela chegada da febre na margem dos rios amazônicos não estaria hermética ao caboclo, mas poderia ser profilaxia para a cultura nacional. Embora fascinante, o rápido episódio do “Rimbaud maleiteiro”, sua existência apenas aparece como um vislumbre do que os intelectuais buscavam na Amazônia, isto é, um conteúdo nacional desconhecido. Passado este episódio, o assunto do artigo continua sendo aquilo que Mário de Andrade conhecia muito bem, que eram os males urbanos.

A arrogância do burguês quanto a sua saúde é o assunto do artigo. Mário de Andrade mostra que ela é tão tola quanto calamitosa, a saúde da população da floresta. Funcionando como censura ao orgulho de seus objetos e hábitos que se avantajava no burguês paulistano, Mário de Andrade faz pelo disparate da maleita, o destaque da virtude da paciência, que a vida urbana interdita aos habitantes de São Paulo. Os artigos sobre a maleita, ao mostrarem a paciência do seu paciente combinada com a miséria do seu mal, acabavam por denunciar a ausência da paciência que acompanhava as modas urbanas em São Paulo. Ao fazer paralelo entre as epidemias combatidas por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas com os vícios e hábitos urbanos, Mário de Andrade insinua que não eram apenas dos objetos das campanhas sanitaristas que adoecia a população.

Artigos de boutique, tais como as populares pastilhas antiácido, xaropes, laxantes, desodorantes, e as aspirinas da empresa Bayer⁵ configuravam a publicidade de drogas que preenchia cadernos de jornais, provavelmente em medida irritante ao leitor. Nas ruas da

⁵ Estão disponíveis para a consulta online e pública o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

cidade, a velocidade dos automóveis e os hábitos estrangeiros praticados sem o cuidado em observar a pertinência deles, todo este cadinho da vida metropolitana que crescia em São Paulo espreitava seus habitantes com abatimentos dos quais seus cidadãos não poderiam desviar. Sendo o “nós” do brasileiro urbano, tão desequilibrado e pouco afeito a uma vida de escuta ao corpo em constante sofrimento na cidade, qual era a justiça perseguida ao se condenar o maleiteiro?

Para esta pergunta, vale lembrar, que não se tratou da primeira vez que Mário de Andrade confrontava o brasileiro urbano por um tipo oposto a ele. Em 1928, com a publicação de *Macunaíma*, o “herói sem nenhum caráter” estava em oposição ao brasileiro civilizado em todos os seus aspectos (SOUZA, 2000, p. 75-6). O herói *Macunaíma*, tal como a personagem Cobra Norato, de Raul Bopp, é de mentalidade paralógica: xamânico, animista, nômade e inconstante. O burguês brasileiro, provável leitor de *Macunaíma* é, neste caso, um outro: racionalista, talvez dialético, urbano e invariavelmente republicano. Tendo em vista a caricatura da diferença entre a personagem herói e seus leitores, Mário de Andrade antecipou a caricatura do herói, pela sua exclamação recorrente, “-Ai! que preguiça!...” (ANDRADE, 1944). Tal como se mostrou a contraposição na saga de *Macunaíma* entre o leitor burguês brasileiro e o seu “outro nacional”, podemos à luz dela pensar o confronto satiricamente simétrico que alguns anos mais tarde Mário de Andrade produziu entre o burguês paulistano diante do caboclo maleiteiro.

Contrastando com os enfermos amazônicos, que se recolhem quando a febre insinua sua crise, na cidade o vigor para agir do cidadão da metrópole está em uma constante crise que o enfraquece, o que suporta quase sempre sem interromper suas atividades. À Mário de Andrade, não faltam razões para ser severo com a crítica às modas paulistanas: o burguês aparenta, pela publicidade das drogas dirigidas a ele e pelo seu entusiasmo pela velocidade, um neurótico. Sofre, disputa, e até busca sua sobrevivência, que somente é interrompida por pequenos momentos de fruição ou de alienações induzidas pelo álcool. A cidade, segundo Mário de Andrade, pode até mesmo abrigar a maleita, mas jamais a virtude do maleiteiro habitante dos igarapés:

Não quero tomar a maleita aqui em S. Paulo, sofrer horrorosamente a doença nesta cidade, onde os trabalhos, a luta pela vida, a Civilização, me tornavam desesperadamente odiosa, moral e fisicamente odiosos a doença, o depauperamento, a impossibilidade de trabalhar (ANDRADE, 2015, pp. 418-419).

Uma vez que fica evidente na crônica da maleita de que o que está sendo denunciado a partir do disparate de homenagear a maleita é a insalubridade da vida urbana, e que o absurdo não está em apontar virtudes ao maleiteiro amazônico, mas que este se encontra nas próprias cidades, pela incapacidade de seus habitantes de gerirem cidades sanadas das doenças vinculadas à vida urbana (acidentes de automóveis, gastrite, tuberculose). O disparate de Mário de Andrade é desarmado, e dá lugar a censura e

denúncia ao leitor, para quem se dirige e pede que saiba observar as ausências do espírito urbano que um pobre maleiteiro não carece:

Sei que com a nossa idiotíssima civilização importada, um indivíduo não se envergonha de perder uma perna num desastre de automóvel ou quebrar o nariz numa virada de patinação, mas abomina os prazeres sensualíssimos, tão convidadores ao misticismo, do delicioso bicho-de-pé. Que por nós é considerado uma falta de educação. Não se amola de dormir num quarto de hotel, num trem noturno, onde a tuberculose dorme; sorrindo passa a língua num selo de carta, até sendo essa coisa esteticamente nojenta que é o selo amarelo e vermelho da primeira República!... Pois passa a língua num selo desses e considerará uma depravação, a gente desejar a maleita! O tapuio do Solimões, o maleiteiro do Javari, não morrem mais abundantemente que o paulistano ou o carioca, morre de outras doenças, e é só (ANDRADE, 2015, P. 419).

Mário de Andrade revela, então, que a maleita não poderia ocupar a estante da farmácia com os emplastos para os males urbanos. Na grande cidade, ela seria apenas mais um mal a se combater com aquilo que viesse a ser tido como mais recente “novidade”. Portanto, o disparate que dá lugar a sátira não atinge o mal da malária e seus doentes, mas o burguês e sua arrogância. O que Mário de Andrade quis da maleita foi denotar com ela a existência do maleiteiro, que é geralmente um caboclo, e apontar que mesmo com a doença que provoca a ele a indiferença na alma, sua disposição para a vida não é minguada frente a dos viventes da metrópole. A maleita idealizada por Mário de Andrade não é a descrição realista da sezão da malária. Antes de tudo, ela serve de meio para descrever da vida do sertanejo adoentado a liturgia amazonense de silenciar a mente para escutar o corpo, que admirou Mário de Andrade. Passada a febre e suportadas as suas complicações, ele volta para a sua vida embrenhada na floresta, sabendo da regularidade das febres. É ágil em meio ao ambiente que não permite grandes desperdícios de energias ou fraquezas do corpo. A floresta o obriga a ter vigor, e quando a maleita chega, ele se recolhe complacientemente. Paciente da maleita, este sertanejo vive, quando não encapsulado na rede, de olhos atentos ao mundo de vastas planícies, seus pássaros e seus crepúsculos que foram matéria de belíssima prosa em *O Turista Aprendiz*. Chegada uma nova febre, a sua energia desagua, retornando o sofrimento do corpo e da meditação indiferente sob a dor purgante ao espírito: “Desejo a doença com todo o seu ambiente e expressão, num igarapé do Madeira com seus jacarés, ou na praia de Tambaú com seus coqueiros, no silêncio, rodeado de deuses, de perguntas, de paciências” (ANDRADE, 2015, P. 419).

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. de. “Maleita I”, (*Diário Nacional*. Domingo, 8 de novembro de 1931). In: *O Turista Aprendiz*. Brasília: ed. Do IPHAN, 2015.
- _____. “Maleita II”, (*Diário Nacional*. Domingo, 15 de novembro de 1931). In: *O Turista Aprendiz*. Brasília: ed. Do IPHAN, 2015.
- _____. Macunaíma. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.
- BOPP, R. *Poesia Completa de Raul Bopp*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympo, 2013.
- BOTELHO, A. “A viagem de Mário de Andrade à Amazônia entre raízes e rotas”. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 57, p. 15-50, dez. 2013.
- CANTISANO, P. J. “Lares, Tribunais e Ruas: a inviolabilidade de domicílios e a Revolta da Vacina”. *Revista Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, n. 11, v. 6, 2015.
- _____. “Direito, propriedade e reformas urbanas: Rio de Janeiro, 1903-1906”. In: *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 29, no 58, p. 401-420, maio-agosto 2016.
- COHN, A. “Diário Nacional”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-nacional>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- CUNHA, E. da. *À Margem da História*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.
- FIGUEIREDO, A. M. de. “Anfiteatro de Cura”, in: Sidney Chalhoub, Vera Regina Beltrão Marques, Gabriela dos Reis Sampaio, Carlos Roberto Galvão Sobrinho (org.). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2003.
- HOCHMAN, G.; MELLO, M. T. B. de. SANTOS; P. R. E. dos. “A malária em fotos: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX”. In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos* v.9 supl. 0 Rio de Janeiro 2002.
- MAYER, A “Carta Aberta sobre Cobra Norato”. In: *Poesia Completa de Raul Bopp*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympo, 2013.
- PEIXOTO, F. A. *A Viagem como Vocação: itinerários, parcerias e formas de conhecimento*. São Paulo: EdUSP, 2015.
- ROSENFELD, A. “Mário e o cabotismo”, In: *Texto e Contexto I*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- SOUZA, G. de M. e. “O mestre de Apipucos e o turista aprendiz”. *Revista Tereza*, nº1. São Paulo: USP-FFLCH, 2000.
- VITAL, A. V. “Carlos Chagas na “guerra dos rios”: a passagem da comissão do Instituto Oswaldo Cruz pelo rio Iaco (Alto Purus, território federal do Acre, 1913)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan.-mar. 2018, p.51-68.

Recebido em: 30/08/2018 **Aceito em:** 21/11/2018

Referência eletrônica: DIAS, Pedro Lotti Carvalho. O Burguês Confrontado: A Maleita em Disparate de Mário de Andrade. *Criação & Crítica*, n. 22, p., dez. 2018. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: dd mmm. aaaa.